

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 75 - Brasília, quinta-feira, 14 de setembro de 1995

## Senadores debatem falência dos estados com secretários

*Comissão de Assuntos Econômicos ouve reclamações de uma crise que pode provocar a ingovernabilidade e comprometer a própria existência da federação*

### A vida pode ser patenteada?

A permissão para o patenteamento de seres vivos, contida no substitutivo apresentado pelo relator na Comissão de Assuntos Econômicos, vem gerando polêmica. Odacir Soares (PFL-RO) entende que não se pode patentear a vida e disse que os senadores não devem votar o tema às pressas. Marina Silva (PT-AC) também acha que o assunto precisa ser examinado com rigor. **Página 4**

### NESTA EDIÇÃO

#### Desapropriação para terra com trabalho escravo

**Página 4**

#### Privatização em debate

Sebastião Rocha, José Alves, Ney Suassuna, José Eduardo Dutra e Antonio Carlos Valadores debatem os rumos da privatização no país. **Página 3**

#### Bezerra critica ação da Polícia Rodoviária

**Página 4**



Carlos Bezerra



Gilberto Miranda

### Comissão faz novas inspeções de obras

Os senadores Carlos Wilson (PSDB-PE) e Casildo Maldaner (PMDB-SC), presidente e relator da Comissão Especial de Obras Inacabadas, seguem hoje para Campo Grande (MS) e Cuiabá. O objetivo da viagem, a terceira de uma série que se estenderá por todos os estados do país, é visitar obras públicas de iniciativa do governo federal que

se encontram paralisadas.

Integrada também pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Lúdio Coelho (PSDB-MS), a comitiva manterá em Campo Grande (MS) audiência com o governador Wilson Martins e as lideranças políticas de Mato Grosso do Sul. Após o compromisso em Campo Grande, a comissão seguirá para Cuiabá.

### Suplicy questiona custos em tribunais

Na previsão de gastos do ano que vem do Poder Judiciário existem R\$ 101,6 milhões destinados a obras, onde há preços que variam em até cinco vezes o metro quadrado de um tribunal para outro, informou ontem ao plenário o senador Eduardo Su-



Suplicy

ply (PT-SP), que se baseou em notícia publicada no jornal *O Globo*. Para ele, os dirigentes dos tribunais deveriam dar explicações sobre tamanha diferença nos custos das obras.

Eduardo Suplicy quer também esclarecimentos sobre a disparidade nos valores dos vales de refeição do Judiciário.

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouviram ontem dos secretários estaduais de Planejamento que a maioria dos estados está em virtual situação de ingovernabilidade, com enormes atrasos no pagamento do funcionalismo; inviabilidade para conciliar receitas e despesas; e sem a menor capacidade para programar investimentos.

No encontro, o presidente da comissão, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), clamou os parlamentares e representantes dos governos estaduais a um grande esforço no sentido da identificação de meios e formas para equacionar o impasse das dívidas dos estados e municípios.

O plenário da CAE ouviu queixas, denúncias e críticas feitas por muitos senadores, todos inconformados com a deterioração da estrutura da Federação brasileira. Participaram dos debates os senadores Vilson Kleinübing (PFL-SC), Jefferson Peres (PSDB-AM), Roberto Requião (PMDB-PR), João Rocha (PFL-TO), Carlos Patrocínio (PFL-TO), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Onofre Quinan (PMDB-GO).

Relator das propostas em estudo no Senado para rever os limites de endividamento dos estados e as regras que disciplinam a amortização da dívida pública, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) alertou para "as ameaças que pairam sobre a própria Federação nacional, onde muitos de seus Estados já apresentam sinais de ingovernabilidade".

# Requião propõe debate sobre uso de medida provisória

*Senador também quer evitar manobras na votação de temas que não interessam ao governo*



Ademir Andrade

## Ademir pede a conclusão de eclusas

O senador Ademir Andrade (PA), líder do PSB, pediu ontem ao presidente da Comissão Temporária de Obras Inacabadas do Senado, senador Carlos Wilson (PFL-PE), que sejam incluídas no inventário que está sendo elaborado pela comissão as obras das eclusas do Tocantins.

De acordo com o senador, a conclusão das eclusas é fundamental para complementar a espinha dorsal do projeto de desenvolvimento da Bacia do Araguaia-Tocantins, que implanta definitivamente uma hidrovía na região.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) iniciou ontem um debate sobre o uso de medidas provisórias pelo governo, destacando que, quanto maior o domínio do Executivo sobre o Legislativo, mais existe a possibilidade de uso das MPs, as quais dependem de aprovação dos congressistas. Para ele, na verdade a medida provisória não é muito diferente "do velho, autoritário e surrado decreto-lei" da Constituição de 1967.

A adoção do instituto da medida provisória no Brasil, lembrou Requião, foi inspirada na Constituição da Itália, onde o regime é parlamentarista. Lá, a MP só pode ser acionada em caso extraordinário de necessidade e urgência. No Brasil, substituiu-se a expressão "necessidade" por "rele-

vância". O senador lamentou que, desse jeito, o uso da medida provisória se torna genérico, pois tudo que se trata do interesse público é relevante. Por isso, Roberto Requião quer discutir este instrumento previsto na Constituição de 88.

Requião pediu apoio dos senadores a um projeto de resolução de sua autoria que modifica dois artigos do Regimento Interno, com o objetivo de suprimir a figura do apoioamento a propostas parlamentares e eliminar a possibilidade da retirada de assinatura dada em apoio a um projeto. Ele considera importante para a imagem do Congresso proibir essa retirada de assinatura, o que evitaria, a seu ver, manobras para impedir a apreciação de assuntos que não interessam ao governo.

## CCJ mantém prisão especial

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), manteve ontem o instituto da prisão especial. O projeto, de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), teve parecer contrário do relator, senador Romeu Tuma (SP).

A CCJ aprovou projeto de lei de autoria do então senador Ney Maranhão que permite o uso de ação rescisória em casos de inelegibilidades. O projeto foi relatado favoravelmente, com uma emenda, pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

## Exposição até 2ª-feira

A exposição *Amazons, fronteira para o futuro*, organizada pelo governo amazonense, permanece aberta até segunda-feira, dia 18, na galeria situada ao longo do corredor que liga o edifício principal do Senado ao Anexo I.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Preside reunião da Comissão Diretora

14h30 - Preside a Sessão Ordinária do Senado.

### PLENÁRIO

11h - Sessão do Congresso Nacional

**Pauta:** Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4/95-CN, que dispõe sobre a Comissão Mista de Orçamento. (Dependendo de parecer sobre as emendas, a ser proferido em plenário.)

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

**Pauta:** Terceira sessão ordinária de discussão em primeiro turno da PEC nº 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo.

### COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Votação do parecer do relator, senador Fernando Bezerra, e de dois votos em separado, dos senadores Ney Suassuna e Sérgio Machado, sobre o Projeto de Lei de Patentes. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

**Pauta:** Diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 38/95 (terminativo), que dispõe sobre o ensino da Língua Espanhola nos estados limítrofes com os países do Mercosul; e "PLC nº 81/95 (não terminativo), que institui o ano de 1995 como o "Ano Zumbi dos Palmares", em homenagem ao tricentenário de sua morte. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**Pauta:** Diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 37/95 (terminativo), que dispõe sobre a celebração de tratados internacionais para a supressão do sigilo bancário nos casos de lesão do patrimônio público; e "PLS nº 45/95 (terminativo), que dispõe sobre a nomeação de adidos culturais às representações do Brasil no exterior. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

**Pauta:** "Requerimentos do senador Gilberto Miranda solicitando que sejam convidados para prestar esclarecimentos, individualmente, à comissão os presidentes das empresas montadoras de veículos automotores, o presidente da ANFAVEA e o secretário da Receita Federal, acerca das declarações do ex-ministro Ciro Gomes, prestadas ao "Jornal do Brasil", em 27.02.95, em matéria sob o título "Ciro diz que montadora dribla IR". Solicita, igualmente, que o secretário da Receita Federal remeta à comissão, antes do seu depoimento, a relação dos impostos pagos, nos últimos cinco anos, indicando nominalmente as respectivas empresas montadoras. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão de Assuntos Sociais

**Pauta:** Diversas matérias, destacando-se "Requerimentos do senador Freitas Neto para que a comissão solicite informações à secretária executiva do Programa Comunidade, sobre a relação e os critérios de priorização dos municípios, bem como dos valores das verbas a eles destinadas; e da senadora Benedita da Silva e senador Ronaldo Cunha Lima para realização de uma audiência pública no dia 21.09.95 destinada a instrução do PLS nº 129/95, que regulamenta o procedimento de titulação de propriedade imobiliária aos remanescentes da comunidade dos quilombos. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

# Rocha quer privatização só com aprovação legislativa

*Se há necessidade de uma lei específica para cada empresa que se cria, é preciso autorização também para o contrário, argumenta o senador*

A privatização de qualquer empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública precisará ser autorizada pelo Congresso Nacional, caso seja aprovada a proposta apresentada ontem pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP). O projeto revoga a Lei nº 8.031, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização, de abril de 1990.

- Se há necessidade de lei específica para criação de empresas estatais, o mesmo procedimento deve ser exigido em sentido contrário - justificou.

Rocha também defendeu a manutenção do controle do Estado sobre a Companhia Vale do Rio Doce. A seu ver, a empresa tem va-



Sebastião Rocha

lor inestimável e a única justificação para sua venda é o fato de ser estatal.

Os senadores Ademir Andrade (PSB-PA), José Eduardo Dutra (PT-SE), Lauro Campos (PT-DF) e Antônio Carlos Valadares (PP-SE) também manifestaram-se contra a privatização da Vale.

# Rolagem de dívida gera polêmica

Toda solicitação de rolagem de dívida dos estados deve ser, obrigatoriamente, apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes de ser levada a plenário, conforme determina o regimento interno do Senado Federal. Essa posição foi defendida ontem pelo senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) com o apoio de Jefferson Peres (PSDB-AM). A questão foi debatida em função do requerimento de urgência para aprovação da rolagem da dívida mobiliária do governo do estado de São Paulo, no valor de R\$ 901 milhões, apresentado pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP).

Piva explicou que parte da dívida em questão vencerá amanhã, e que o Banco Central alegou problemas internos para explicar o envio do projeto tão próximo à data do vencimento. "O governo de São Paulo não tem a menor possibilidade de honrar essa dívida", justificou Piva.

Para Júnia Marise (PDT-MG), as justificativas de Pedro Piva "são inteiramente razoáveis", com o que concordaram Lúcio Alcântara e Sérgio Machado, ambos do PSDB cearense. Para Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Edison Lobão (PFL-MA), a questão da dívida mobiliária exige discussão mais aprofundada. Jäder Barbalho (PMDB-PA) disse que o Senado está abrindo mão de suas prerrogativas de apreciar matérias nas comissões.

O presidente do Senado, José Sarney, explicou que o regimento interno obriga a que, uma vez apresentado, o requerimento de urgência seja submetido ao plenário. Sarney também sugeriu que se aprovasse a rolagem apenas da primeira parte da dívida (R\$ 390 milhões), e se analisasse mais profundamente a segunda parte, que vence em dezembro. O projeto será votado amanhã.

## Compromisso do presidente causa dúvidas

A carta-compromisso do presidente Fernando Henrique Cardoso não incorporou de fato as mudanças sugeridas pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), relator da emenda que flexibiliza o monopólio do petróleo. O ponto de vista foi defendido pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Segundo Dutra, o presidente garantiu apenas que a Petrobrás manterá os direitos de exploração das bacias sedimentares já estabelecidas. Há uma diferença muito grande entre jazidas "descobertas", como propunha o relator, e "estabelecidas", opinou.

Já o senador Antonio Carlos Valadares (PP-SE) anunciou, durante a discussão da proposta, a sua intenção de apresentar em plenário emenda constitucional proibindo a inclusão da Petrobrás no programa de privatização. Ele afirmou que já contava com 20 das 27 assinaturas necessárias à apresentação da emenda.

## Alienação da Vale não tem consenso, diz Alves

A conveniência e a velocidade do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce foram questionadas ontem pelo senador José Alves (PFL-SE), que criticou o fato do BNDES ter publicado o edital com vistas à avaliação da empresa e o início de sua alienação, lembrando ser esta



José Alves

"uma decisão sem consenso de maioria".

Para Alves, não existem razões econômicas nem políticas sólidas para que a União venda uma empresa como esta que, conforme explicou, "não lhe dá nenhuma despesa e é um agente importante do desenvolvimento nacional".

## Suassuna pede cautela

O senador Ney Suassuna pediu ontem ao governo cautela na condução do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, lembrando que muito mais do que os valores que envolvem o patrimônio da estatal, "sobre os quais ainda há pouca clareza", é necessário considerar o seu papel no desenvolvimento nacional.

Suassuna entende que o processo de privatização deve ser acelerado em relação àquelas áreas onde a presença do Estado não é efetivamente uma obrigação. Ele informou que,

como relator, apresentou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania parecer favorável a projeto que subordina à aprovação do Congresso a privatização da empresa.

Suassuna também ressaltou que a reforma fiscal não poderia vir antes da reforma administrativa, por ele considerada prioritária. Já Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que de nada adiantaria uma reforma administrativa sem que se desenvolva um aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização do uso do dinheiro público.

# Não se deve aceitar patente para a vida, alerta Odacir Soares

*Senador diz que lei não pode ser votada às pressas e lembra que o Parlamento Europeu debateu o assunto por sete anos*

Por entender que não se pode patentear a vida, o senador Odacir Soares (PFL-RO) defendeu ontem que os senadores não devem votar "às pressas" o projeto da Lei de Patentes. Lembrou que o Parlamento Europeu considerou o assunto tão complexo que dedicou sete anos à sua discussão, concluindo por derrubar um decreto sobre a proteção legal às invenções



Odacir Soares

biotecnológicas, proposto pela União Européia.

Odacir Soares citou artigo publicado pelo presidente da CNBB, dom Lucas Moreira Neves, o qual transcreve comunicado divulgado por líderes de 90 igrejas e grupos religiosos norte-americanos. Para os líderes, quem tenta reduzir todas as formas de vida à categoria das invenções humanas está desa-

fiando "a antiga e perene crença de que a vida é criação de Deus".

Entre as conclusões do artigo de dom Lucas, está a de que um Estado não tem direito de exigir de outro Estado uma lei de patentes favorável ao primeiro e danosa ao segundo como condição para algum tipo de ajuda. Outra conclusão aponta que não há patente possível para animais e vegetais, para genes e embriões.

- Em suma, podem patentear muitas coisas. A vida, não - disse Odacir.

# Trabalho escravo pode expropriar terra

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou ontem projeto de lei desqualificando como proprie-



Freire

dade produtiva os imóveis rurais onde se comprovar a existência de trabalho escravo ou análogo. Comprovada a utilização de trabalho escravo, segundo a proposição, os imóveis poderão ser desapropriados para fins de reforma agrária e as indenizações deverão ser pagas com títulos da dívida agrária emitidos com prazo de 20 anos.

# Coutinho Jorge representará o Brasil no Parlatino

Na qualidade de presidente da Comissão de Assuntos Culturais, Educação, Ciência e Tecnologia do Parlamento Latino-Americano, o senador Coutinho Jorge (PMDB-PA) estará participando, hoje e amanhã, da quinta reunião da comissão, que se realiza na sede do Parlatino, em São Paulo.

No encontro de hoje, os participantes assistirão a uma palestra sobre o Projeto Parlatino/Unesco, que trata do "Plano de Educação para o Desenvolvimento e a Integração da América Latina". Amanhã, haverá o painel "Uma Proposta Educativa para o Meio Rural" e o encaminamento de propostas para o programa da próxima reunião.

# Marina defende direitos do conhecimento popular

A permissão para o patenteamento de seres vivos contida no substitutivo apresentado pelo relator do projeto de Lei Patentes na Comissão de Assuntos Econômicos é um ponto que deve ser examinado com rigor pelos senadores durante a votação da matéria, hoje. O alerta foi feito mais uma vez pela senadora Marina Silva (PT-AC), para quem o parecer do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) "assegura o direito ao patenteamento do microorganismo alterado", mesmo que haja mudança no texto.

Marina defendeu ainda que sejam contemplados no pro-

jeito os direitos das populações tradicionais em relação ao conhecimento secular de produção, observando que pesquisadores e cientistas podem apoderar-se dessas fórmulas e patenteá-las.

A senadora citou o caso de um pesquisador japonês que, segundo a imprensa, afirma ter inventado o "couro vegetal" ou "ecológico", que nada mais é, segundo Marina Silva, que a impermeabilização de fibras vegetais com látex, que os índios da Amazônia produzem há séculos.

Em aparte, José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) ressaltou a importância da questão levantada pela senadora.



Marina Silva

# Bezerra condena ação da Polícia Rodoviária

O ataque realizado na madrugada de ontem por patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal a um acampamento de trabalhadores sem terra, em Nova Xavantina, Mato Grosso, foi condenado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Segundo ele, o ataque dos patrulheiros deixou três trabalhadores gravemente feridos, um deles com 12 tiros nas costas, e dois desaparecidos, tendo sido realizado sem conhecimento do governador do estado.

A ação foi condenada também por Marina Silva (PT-AC), Ademir Andrade (PSB-PA) e Romeu Tuma (SP). Já Flaviano Melo (PMDB-AC) e Jader Barbalho (PMDB-PA) pediram providências para o assentamento de lavradores.

## MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho  
**2º Vice-Presidente:** Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares  
**2º Secretário:** Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias  
**4º Secretário:** Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

## Jornal do Senado

**Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal**  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social** - Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor da Subsecretaria de Divulgação** - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade ■ **Editores** - Djalba Lima e Edson de Almeida  
**Diagramação** - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano ■ **Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**